

nº 427/2011 da ANEEL, a reserva de incentivo fiscal que perfaz em R\$ 24.203 em 2017 (em 2016, R\$ 9.451), trata-se de reserva de recursos referente a repasses recebidos pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, conforme estabelecido pela Resolução Autorizativa nº 322/2005 do MME. A Companhia tem a obrigatoriedade de constituir o montante de R\$ 132.869 de reservas de incentivos fiscais, correspondente ao total de repasses recebidos pela CCC entre setembro de 2008 e setembro de 2015, podendo utilizar o saldo desta reserva para compensar prejuízos, que foi realizado pela Companhia, permanecendo a obrigação de reconstituir o saldo de reserva em resultados subsequentes, ao limite da obrigatoriedade de R\$ 132.869, conforme disposto na Lei nº 12.973/14 (artigo 30).					
13. Receita líquida	2017	2016			
Fornecimento	49.946	39.928			
Outras receitas	145	4.042			
(-) PIS	(325)	(270)			
(-) COFINS	(1.500)	(1.246)			
	48.266	42.454			
14. Custos de operação	2017	2016			
Geração	(9.714)	(13.896)			
Custo de operação	(2.827)	(3.126)			
Operações com energia elétrica	(808)	(4.696)			
Depreciação	(6.079)	(6.074)			
Transmissão	(740)	(740)			
Depreciação	(740)	(740)			
	(10.454)	(14.636)			
15. Outras despesas	2017	2016			
Multas fiscais	(1.424)	(7)			
Outras despesas indedutíveis	(11.886)	(70)			
Perdas indedutíveis	-	(329)			
Despesas com contingências	-	(2.570)			
Brindes e doações	(5)	-			
	(13.315)	(2.976)			
16. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. Estrutura do gerenciamento de risco: A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela					
Diretoria					
Andre Gustavo Azevedo Gomes - Diretor Superintendente RG 1121565 SSP/DF - CPF 584.838.101-15		Rodrigo Miranda - Diretor Superintendente RG 27823141-X - SSP/SP - CPF 200.079.408-40		Devanildo Forato - Contador CRC 185361/O-0S-PA - CPF 097.167.768-96	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis					
Aos Acionistas e Administradores da Curuá Energia S.A. - Altamira - PA - Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Curuá Energia S.A. ("Companhia") , que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Curuá Energia S.A. em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia realiza transações significativas com partes relacionadas. Entre as operações, há contratos cujo o pagamento das parcelas está condicionado a sobra de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado até o prazo de quitação da dívida, nos impossibilitando de avaliar a correta segregação da dívida no passivo circulante e não circulante, apurar a sobra de caixa para pagamento das parcelas, mensurar a possível incidência dos juros e correções, determinados em condição suspensiva no contrato e demais reflexos. Dessa forma ficamos impedidos de concluir nossas análises sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31/12/2017. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Curuá Energia S.A. , de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a			evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente, se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de		
as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de taxa de juros: Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI e TJLP. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:					
Ativo circulante			2017	2016	
Passivo circulante			14.310	20.564	
Índice de liquidez			29.892	26.650	
Resultado do período			0,48	0,77	
Patrimônio líquido			14.752	16.260	
RPL (Retorno sobre o Patrimônio Líquido)			33.269	18.517	
Resultado do período			0,44	0,88	
Ativo total			14.752	16.260	
RAT (Retorno sobre o Ativo Total)			226.422	216.056	
GAF (grau de alavancagem financ.)			0,07	0,08	
RPL/RAT 6,81			11,67		
Aspectos ambientais: As instalações da Companhia e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. 17. Seguros (não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. 18. Eventos subsequentes: Até a data de fechamento deste relatório, não há operações ou eventos sobre os quais houvesse a necessidade de evidenciar fatos e quantificar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis.					